As interações de gênero e de poder em instituições de internação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

um estudo etnográfico

Carmem Lúcia Guimarães de Mattos
Sandra Maciel de Almeida

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MATTOS, CLG., and ALMEIDA, SM. As interações de gênero e de poder em instituições de internação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: um estudo etnográfico. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 221-247. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

As interações de gênero e de poder em instituições de internação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: um estudo etnográfico.

*Carmen Lúcia Guimarães de Mattos
Sandra Maciel de Almeida*

Neste capítulo são revisitados dados da pesquisa intitulada *Metacognição em Sala de Aula: um estudo sobre os processos de construção do conhecimento na perspectiva do jovem infrator no Estado do Rio de Janeiro* (MATTOS; ALMEIDA, 1999) e de três pesquisas recentes, a primeira *Gênero e pobreza: a situação educacional dos filhos e filhas de mulheres presas e dos filhos e filhas de jovens infratoras no estado Rio de Janeiro* (MATTOS; ALMEIDA; CASTRO, 2011) ora finalizada. A segunda e terceira, em desenvolvimento pela equipe de pesquisa *Etnografia e Exclusão* (GRPesq/CNPq), no Núcleo de Etnografia em Educação (netEDU) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), são respectivamente *Mulheres encarceradas e seus filhos (as): vulnerabilidades, desigualdades e disparidades socioeducacionais e suas intersecções de gênero e pobreza* um estudo etnográfico em Brasília e Rio de Janeiro (MATTOS; ALMEIDA; CASTRO, 2011-2013 e 2) *A educação de mulheres em espaços de exclusão: uma abordagem etnográfica* (MACIEL; MATTOS, 2009 – 2012).

A base de dados que compõe esse texto foi retirada da revisão de dados da pesquisa *Metacognição*. Entretanto, o processo analítico inclui dados das outras três pesquisas na medida em que o retorno ao mesmo local da pesquisa *Metacognição* permitiu às autoras a comparação de dados encontrados uma década depois.

O foco das análises, apresentadas neste capítulo, está nos processos de construção das interações de gênero e de poder. Analisa-se ainda, o papel da feminilidade e da masculinidade nessas interações. Este papel foi revelado pelas falas das jovens, do sexo feminino, internas do Sistema de Atendimento ao Jovens em Conflito com a Lei do Estado do Rio de Janeiro (que será denominado pela sigla SAJCL/RJ no sentido de preservar o nome das Instituições que participaram das pesquisas). Contribuíram para as análises, além das falas das internas, dados obtidos com a colaboração do staff das instituições, fotos, documentos, entrevista, registros de observações e entrevistas, dentre outros.

As teorias que contribuíram para a consolidação das análises foram subsidiadas pelos conceitos de vigilância e controle dos corpos (FOUCAULT, 1995; 1996), da dominação masculina e violência simbólica (BOURDIEU, 1999) e de masculinidade e feminilidade (CONNELL, 2002).

Como ponto de partida para entender o objetivo do texto destacou-se uma frase de uma das internas da escola feminina de Ensino Fundamental em uma das unidades de internação e escola do SAJCL/RJ. Ela diz “Não tenho mãe nem pai, sou entregue na mão da rua”. Esta frase, resume em parte, a desesperança e agonia expressa por essa jovem de 13 anos de idade e pode ser tomada como uma síntese das histórias de muitas outras jovens que encontram-se internas em instituições pelo Brasil. Elas relataram suas vidas de abandono e descaso, às vezes desde o berço. Elas clamaram por justiça e liberdade, que no Brasil, assim como em inúmeros países do mundo, se traduzem em celas disfarçadas de escolas e penas nomeadas de medidas socioeducacionais. Escolas e medidas que, muitas vezes, são vistas por essas menores como um passaporte para um futuro que antes da prisão não era parte de suas vidas. A esperança de uma vida melhor, mais justa, uma mudança de vida, proposta pela ressocialização as deslocam, mesmo que por algum tempo da uma zona de vulnerabilidade social em que se encontravam e as empurram para um espaço/tempo de esperança. Esperança essa que, de certa forma, está ligada a imposição da frequência a uma escola, as normas e limites

agora vividos na instituição. Esperança de que esta escola e estas vivências forneçam um mínimo de conhecimentos e habilidades garantidos por lei e necessários à vida em liberdade das jovens internas em instituições de cumprimento de medidas socioeducacionais.

A relevância do estudo sobre interações de gênero e de poder no contexto das escolas oferecidas às jovens internas pelo sistema de internação reside no fato de que esta temática, embora esteja presente em estudos recentes, ainda não está consolidada na área da Educação (ROSEMBERG, 2001; SPONCHIADO, 1997; ASSIS; CONSTANTINO, 2001).

O impacto dos relatos das jovens participantes da pesquisa causado nos pesquisadores que as ouviram, assim como a invisibilidade das mesmas expressas nas inter-relações institucionais nos espaços socioeducativos, precisam ser descritas e apresentadas, para que se possa repensar as especificidades da educação de mulheres, em geral e da educação de mulheres em espaços de privação de liberdade, em particular.

Assis e Constantino (2001) em pesquisa sobre a situação dessa jovens no Rio de Janeiro destacam que as unidades de internação, com raras exceções, continuam a reproduzir a repressão, os maus tratos, a burocracia, a normatização e imposição disciplinar como formas de gerenciamento da institucional.

Os dados que serão apresentados a seguir demonstram que embora as instituições tenham tentado mudar este tipo de postura gerencial e interacional, mantem e reproduzem práticas pouco humanizadas nas relações que estabelecem com as internas.

O controle e a punição

O controle dos corpos e a punição física são instrumentos comuns nas instituições prisionais. Estes instrumentos são utilizados pelos agentes educacionais que lidam com as internas, pelos professores, membros do *staff* institucional, do Estado como os professores e os dirigentes das escolas, os promotores, juízes, os agentes de saúde e assistência social que atendem as

jovens desde o dia em que foram são apanhadas num ato infracional até o final do cumprimento das medidas socioeducativas. O controle dos corpos e a punição física tem como objetivo a manutenção da ordem e da submissão das jovens inseridas no sistema. Embora ainda presentes até hoje no SAJCL/RJ, essas práticas são menos comuns. A pesquisa de Mattos e Almeida (1999) sinalizou como se dava o controle e a punição, enquanto as novas pesquisas, anteriormente mencionadas, apontaram que estes recursos foram substituídos por outros como a prescrição de medicamentos do tipo tranquilizantes ou inibidores do comportamento agressivo, o isolamento físico, a supressão direitos e a violência simbólica, dentre outros.

As falas das jovens expressam a presença desses mecanismos de controle na época (1998).

Jovem: Aqui é briga todo o dia. Se você passasse um dia aqui, não ia querer voltar nunca mais.

Pesquisadora: A gente não vê isso aqui, né? Não vê ninguém brigando.

Jovem: É porque se brigar, depois apanha.

Pesquisadora: Apanha de quem?

Jovem: Do Rico. Um careca que tava lá fora. (Entrevista com Maria, jovem interna, em 13/11/1998).

Pesquisadora: O que aconteceu aqui essa semana?

Jovem: Abriram os armários lá da frente e roubaram cadernos, toalhas e foi tudo aparecer lá no quarto. Ontem ficamos trancadas nesse calor o dia todo, sem cigarro, sem TV e sem rádio. Treze pessoas num quarto nesse calor.

Pesquisadora: bateram em vocês?

Jovem: Não bateram não, só botaram quem fez de castigo, já ficamos trancadas no cubículo por causa da brincadeira de macumba. (Entrevista com Mônica, jovem interna, em 27/11/1998).

O ato restritivo do corpo e da conduta indicam que este corpo foi reduzido à parte do ambiente sendo transformado em objeto de poder e de manipulação tanto em sua forma quanto em seu lugar. Não possui um ser que o habita, é tão somente propriedade de quem detém o poder sobre ele. Assis e Constantino (2001) explicam que a contenção celular se torna a última alternativa, quando a contenção perimetral, as restrições, os gritos e os embates corporais entre adultos e adolescentes já não surtem mais os efeitos esperados (p.12). No ambiente de internação este meio de controle pela contenção dos corpos parece ser a única forma encontrada pelo sistema para conter as demonstrações de rebeldia, raiva, descontrole, resistência e descontentamento entre as jovens internas por estarem em um sistema sem a liberdade.

O tipo de punição, mais frequente na instituição para a limitação e contenção dos corpos, segundo o relato das jovens e dos funcionários da instituição, era o encaminhamento para um espaço denominado por eles como tranca. Na pesquisa de Mattos e Maciel (1999), os funcionários do SAJCL/RJ entrevistados pela equipe de pesquisa declararam ser necessário o uso desse espaço para manter o controle da disciplina. Dentre as entrevistas realizadas, citamos a fala de uma das professoras do Ensino Fundamental da Escola Estadual Maria da Penha sediada no interior da instituição feminina.

Não temos nada para esconder... Se tiverem que ir para o quarto individual vão. Se houver menina lá, vão ver [indicando que a equipe poderia verificar, pois sempre havia uma menina na tranca]. Naquele momento, aquela situação é necessária (Entrevista com Sheila do professora de Ensino Fundamental da instituição feminina do SAJCL/RJ em agosto de 1998).

Sheila explica que punição é uma medida exemplar para evitar o descumprimento à ordem e à disciplina necessária para a ressocialização das jovens. A professora convidou a equipe de pesquisa para conhecer a “tranca” chamada pelos agentes educacionais de “quarto individual”. Verificou-se então, que como foi relatado pela jovem e pela professora, este era um espaço

semelhante a uma cela de uma prisão, pequeno e escuro, com portas de ferro, isolado das demais jovens que ficavam em outra parte do prédio. Na pesquisa atual (MATTOS; CASTRO; ALMEIDA, 2010), observou-se que esta prática ainda está presente na instituição. Entretanto, o “quarto individual”, separado das demais jovens, foi extinto e as jovens punidas pela tranca, ficam trancadas em suas próprias “celas” individuais, sem gozar de nenhum privilégio, como ir para a escola, conversar com as outras jovens internas ou funcionários, ter horário de sol no pátio, dentre outros. Assistiu-se, em algumas das visitas à instituição em 2010, que as jovens quando estão no “quarto individual” ficam rebeldes e agitam as portas de ferro, tentando chamar a atenção dos agentes e de quem estiver passando perto das portas. A contenção do corpo nesse espaço utilizada como mecanismo de controle e coerção das jovens internas pode compreender um período de tempo considerado longo, tendo em vista que o tempo máximo de cumprimento de pena é de três anos, as internas declararam que ficam por, um, dois, até três meses, trancadas em isolamento. Dependendo dos acontecimentos na instituição e das formas de manifestação de rebeldia e resistência das jovens, um grupo, e não somente uma ou duas podem ficar contidas nas celas. Como afirmou uma das internas, em setembro de 2010, à equipe de pesquisa “ontem ficamos todas presas o dia todo!”.

A existência e a função desse quarto individual ou da tranca são conhecidos em diferentes instituições socioeducativas e de encarceramento do Brasil. Com diferentes nomes todas estão relacionadas com a ausência de formas mais humanizadas para promover a ressocialização dessas jovens em ambiente de internação, como relatam Assis e Constantino (2001).

Quartinho, quarto de reflexão, tranca, cubículo, solitária, cafua, cela, chiqueiro, baia são nomes que, em diversas partes do Brasil, os adolescentes colocam nesses lugares. Quanto mais intenso é o uso deste recurso, mas se evidencia a ausência de repertório pedagógico por parte dos agentes e a indigência relacional do ambiente, que impede a formação de vínculos verdadeiramente humanos entre educadores e educandas (p.12).

Foucault (1996) analisa os espaços institucionais de exclusão associando as histórias desses locais sociais de aprisionamento e controle e estabelecendo a sua relação com o poder existente nesses locais. Segundo o autor,

seria preciso fazer uma 'história dos espaços' - que seria ao mesmo tempo uma 'história dos poderes' - que estudasse desde as grandes estratégias geopolíticas até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas (FOUCAULT, 1996, p.212).

Para o autor é possível estabelecer uma relação entre a história dos espaços e a história dos poderes das diversas formas de normatização institucional às dimensões políticas e econômicas da sociedade. Esta, ainda, associada à sujeição dos corpos, às punições e à própria arquitetura dos espaços que em sua geopolítica pode servir ao exercício desse poderes (FOUCAULT, 1996).

As análises resultantes das pesquisas desenvolvidas, pelas autoras desse texto, em dois períodos distintos (1999 e 2010) demonstraram que o controle dos corpos e o exercício do poder observados na instituição de internação das jovens era exercido tanto pela contenção de seus corpos em espaços de isolamento individual como a tranca, quanto pela tentativa de controle de suas mentes, em outros espaços como a sala de aula, o posto de atendimento à saúde, as oficinas pedagógicas e culturais, dentre outros observados nas instituições. O controle intelectual, afetivo e da criatividade faz parte do dia a dia dessas jovens. De um modo geral, as atividades socioeducativas oferecidas às jovens caracterizavam-se por conteúdos mínimos escolares, tarefas infantilizadas, oficinas sem conteúdo prático ou relacionado à vida social e produtiva. Na maioria das vezes, muito abaixo da capacidade educacional e intelectual dessas jovens. Exemplo desse tipo de situação pode ser observada na cena descrita abaixo.

Após observar a sala de aula da prof.^a Sheila junto com o coordenador pedagógico durante algum tempo, o coordenador explicou que ela

[Sheila] trabalhava basicamente com a coordenação motora das meninas, que ainda não sabiam escrever. A atividade observada consistia em colar pedaços de papel azul sobre o nome ou a letra que a professora escreveu no quadro. Outro grupo de meninas realizava uma atividade onde pintavam um desenho do Mickey e da Minnie - personagens de desenhos animados - em uma folha de papel previamente impressa pela professora (cena transcrita de observação de sala de aula uma das instituições de internação de jovens do SAJCL/RJ, observada no dia 23 de outubro de 1998).

Figura I – Ligando números de 1 a 3 e achando a sapatilha.

Fonte: Tarefa oferecida em uma das salas de aula do SAJCL/RJ e cedida pela professora de Ensino Fundamental à equipe de pesquisa.

Tarefas dissociadas da realidade de jovens em conflito com a lei e sem propósito acadêmico ou educativo, como a situação acima, foram observadas em sala de aula e algumas dessas tarefas ilustram como eram há dez anos e como são hoje, alienantes e descontextualizadas as propostas socioeducativas da escola para essas jovens. Na ilustração da figura I a tarefa solicitada foi que pintassem em cores um desenho de um caracol e que ligassem uma bailarina à sapatilha, também utilizando cores. Esta tarefa carece adequação à realidade, clareza e objetividade acadêmica.

A diretora justificou o uso dessas tarefas afirmando que a instituição não tinha a pretensão de alfabetizar as jovens e sim de dar o mínimo para que “pelo menos elas saíssem sabendo escrever o nome”.

O mesmo acontecia com as atividades como oficinas pedagógica, profissionalizantes e culturais. A atividade descrita abaixo ilustra uma das cenas observadas.

O funcionário do setor pedagógico durante reunião com a equipe de pesquisa descreve as atividades realizadas na instituição: - Mauro: Bordado, artesanato, artes cênicas, cabeleireiro [...] Temos também culinária. Ele foi interrompido por uma funcionária que disse - Eu sou Cristina. Não sou pedagoga, mas vou falar (olhando para Mauro). A instituição, quando funcionava aqui neste prédio, tinha um setor pedagógico organizado. Agora, não tem cursos profissionalizantes, só tem atividades para preencher o tempo (cena transcrita de uma reunião da equipe pedagógica, professores e funcionários de uma das instituições de internação de jovens do SAJCL/RJ, observada no dia 29 de setembro de 1998).

As atividades propostas nas salas de aula na instituição estavam relacionadas a conteúdos mínimos do início do ensino fundamental como: contar, somar, diminuir, copiar de escrever palavras ditadas ou atividades infantis, como pintar desenhos, colar arroz em volta do nome próprio, desenhar, recortar e colar desenhos e figuras de revistas, dentre outros.

As atividades relacionadas à formação profissional na instituição de internação de meninas e jovens do sexo feminino eram tarefas consideradas socialmente como femininas, como: bordado, tranças e atividade de cabeleireiro, artesanato e culinária. O fato dessas atividades só estarem presentes na instituição feminina não era questionado pelas jovens, pelos professores ou funcionários, que quase sempre, descreviam essas atividades de forma naturalizada como parte da vida que elas deveriam ter ao saírem da instituição para serem donas de casa, domésticas ou mães de família. Recentemente (2010), observou-se que a instituição oferece as mesmas atividades de dez anos atrás, acrescidas de curso de informática que está associada a oportunidade de um trabalho de secretária ou de trabalho interno em escritórios.

Bourdieu (2002) explica que a dominação masculina contra as mulheres não repousa somente na violência física ou econômica, mas na violência simbólica e tem como resultado o fato de “as pessoas terem na cabeça princípios e percepções, maneiras de ver que são produto da relação de dominação” (2002, p. 49). Segundo o autor, “a violência simbólica não opera na ordem das intenções conscientes” (1999, p.74). Bourdieu (1999) sinaliza que a existência de uma dissimetria radical na avaliação das atividades masculinas e femininas, sendo que as tarefas delegadas aos homens são consideradas socialmente como sendo mais nobres e as femininas como inferiores.

As mulheres, de um modo geral na sociedade, assim como nessas instituições, são ensinadas a realizar determinadas funções e são, ao mesmo tempo, desencorajadas à realização de atividades que não sejam esperadas delas. Para Bourdieu (1999) esta forma de socialização seria como uma impotência aprendida. Ao oferecer atividades às jovens como o bordado, a culinária e o artesanato a instituição busca ratificar a condição feminina, reforçar a inferioridade dessas jovens através da infantilização de tarefas e formas de agir.

Assis e Constantino (2001) ratificam as palavras de Bourdieu dizendo que a “instituição oferece cursos voltados para o universo doméstico (corte e costura, bordado, culinária) ou de embelezamento pessoal. Não há preocupação com a escolarização formal” (p. 261).

Foucault (1996) descrevendo os mecanismos de poder existentes nas prisões afirma que “a partir do momento que alguém entrava na prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinquente” (p.133). Uma das pesquisadoras, em entrevista, questiona uma das jovens sobre como era a vida na instituição, em resposta ela explica que “não tem amizade uma com as outras, são desunidas, fazem o que elas querem, não tem disciplina [...] Aqui tá todo mundo preso, só vive saindo briga”. O mecanismo de tornar sua condição infame opera em diferentes níveis no interior das instituições podendo ser observado tanto nas atividades programadas para as jovens quanto nas relações interpessoais.

Na fala da jovem a condição de interna em cumprimento de medida socioeducativa é percebida como uma prisão e não como um espaço de ressocialização. As jovens, ao realizarem tarefas pedagógicas, refletem em seus desenhos e falas a percepção de que foram retiradas de seus contextos de vida e inseridas em um sistema que representa um mundo à parte, surreal, sem sentido, ou mesmo caótico. Elas se percebem distantes do mundo em que viviam e do futuro que terão.

Ao retratarem sua autoimagem em um pôster afixado nas paredes da instituição essas percepções foram representadas por figuras distorcidas da realidade, o que revelou esta ausência de sentido. O cartaz deteve a atenção da equipe de pesquisa, pois de acordo com as explicações do Orientador Pedagógico foi solicitado às jovens que em uma atividade de colagens de figuras, retiradas de revistas, comunicassem às visitas quem estava aniversariando naquele mês. De acordo com o Orientador o trabalho foi realizado com a orientação da professora de Artes. Ele comentou que a professora era uma pessoa muito comprometida com a solução dos problemas das meninas. Segundo ele o cartaz representava “o próprio estado mental delas - eram crianças grandes”. O cartaz – aniversariantes do mês – comum em ambientes interacionais de convivência social, como escolas e escritórios, foi montado na parede lateral da entrada interna da instituição que dava acesso ao pátio, onde todas as pessoas que entravam, necessariamente tinham que passar.

Figura 2
Aniversariantes do Mês de Novembro de 1998

Fonte: Imagens de Mural da Instituição de Menores em Conflito com a Lei do Rio de Janeiro realizado em 19/11/98, e cedido pelo Orientador Pedagógico para a Equipe de pesquisa em 20/11/1998.

As imagens, assim como as interpretações dadas pelos participantes, evidenciam uma fantasia, uma desconexão com a realidade, uma construção surrealista e de difícil interpretação pela equipe de pesquisa. Entretanto, a construção visual sugere transgressões à ordem e à vida. Além disso, expressam

identidades marginalizadas que foram reproduzidas no Mural através das trocas de papéis sexuais das figuras. Esta troca de papéis, pouco inteligíveis à elas próprias, foram percebidas pela instituição como uma confirmação da infantilidade das jovens que tinham suas mentes ocupadas com brincadeiras e irreverências.

O primeiro impacto verificado durante as análises realizadas pela equipe de pesquisa sobre este quadro e outras tarefas similares, foi de que havia uma forma de interpretação estética dessas jovens diferente das formas de representação da realidade fora do sistema. Isto sugere identidades em contradição com a vida contraventora do mundo do adulto que estas jovens experimentaram antes de entrar no sistema de internação. Mattos e Almeida (1999) ao analisarem as imagens acima, afirmam que:

...as colagens refletem a contradição do sistema institucional de menores revelando seu caráter antipedagógico e alienado e a ausência de um perfil identitário que aja de forma efetivamente socioeducativa sobre os valores sociais necessários para ressocialização da jovem infratora (p.11).

As condições institucionais oferecidas as jovens internas, ultrapassam os limites da privação de liberdade alienando-as e distanciando-as de um processo saudável, tanto físico quanto mental e afetivo, para a construção de perspectivas de superação da condição de contravenção. Assis e Constantino (2001) explicam que:

o sistema deveria privar as internas apenas da liberdade, isto é, do direito de ir e vir. A realidade, porém, é que elas são privadas também de respeito, dignidade, identidade, privacidade e da integridade física, psicológica e moral. Degradar para controlar, e 'controlar para degradar. Esta é a lógica que rege a engrenagem institucional (p.11).

Utilizando as palavras das autoras, o movimento diário da engrenagem institucional favorece o controle dos corpos, o exercício da desconsideração pela integridade mental, afetiva e moral das jovens internas. A ausência de modelos pela falta de clareza das regras e critérios para a educação e ressocialização contribuem para a distorção das identidades dessas jovens, que já chegaram no sistema fragilizadas pela zona de vulnerabilidade social (CASTEL, 1997) em que viviam. Um dos aspectos mais degradantes das formas de desrespeito a si mesmas e as outras internas é a busca por relações sexuais e afetivas que, muitas vezes, não estão associadas as escolhas das próprias jovens, mas sim à situação de internação, conforme relatado por elas. Os corpos masculinizados e os relacionamentos homossexuais entre a maioria das internas são declarados como sendo uma forma de sobrevivência e proteção é interpretado pelo sistema como mais uma das deformações de caráter moral entre as jovens. Aspectos dessas formas de inter-relações pessoais serão tratados a seguir.

Gênero e masculinidade nas interações das jovens internas

A condição feminina, historicamente, tem sido associada às desigualdades sociais, mas é nas relações de poder que estas desigualdades são mais marcantes. Para enfrentar essas diferenças o governo brasileiro decidiu planejar e implementar estratégias políticas que assegurem os direitos às mulheres e, assim diminua essas desigualdades. Entretanto, nos últimos anos, os indicadores de desigualdades de gênero apresentados no relatório anual “Global Gender Gap Index 2010” durante o Fórum Econômico Mundial (FORUM MUNDIAL, 2010) demonstrou que embora esses esforços políticos sejam realizados no País, o Brasil continua descendo a patamares cada vez menores entre os países analisados e comparados pelo documento. O Brasil passou a figurar entre os países com um dos maiores índices de desigualdade neste quesito, entre os 134 países, desceu da 67ª posição em 2006 para a 85ª posição em 2010.

Na escalada da diminuição das desigualdades continua-se a luta no sentido de conquistar melhores posições para o Brasil nos próximos anos. Dentre as estratégias políticas implementadas para diminuir as desigualdades, encontram-se as ações previstas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM, 2004; II PNPM 2008). II PNPM, em seu Capítulo 4 sobre “Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres” chama a atenção para o fato de que a violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física (SPM, BRASIL, 2008, p. 95).

Entretanto, para realizar as análises apresentadas neste texto, foram consideradas as dicotomias presentes nas políticas de gênero como: feminino/masculino, homem/mulher, dentre outros, que misturam concepções distintas de gênero, sexualidade e sexo biológico. Foi ainda necessário compreender os conceitos de gênero de modo a sinalizar quais as concepções que se aproximaram daquelas que orientaram essas análises, tomando como fonte principal os conceitos originários dos estudos de Raewyn Connell realizados por Mattos (2009).

Em recente relatório de pesquisa (MATTOS; CASTRO; ALMEIDA, 2011) os estudos sobre gênero foram sintetizados da seguinte forma:

Connell em seus estudos conceitua gênero de modo a auxiliar pesquisadores que buscam uma significação mais ampla para o termo no que se refere ao seu uso para interpretar as diferentes formas de construção das masculinidades e feminilidades. Estas, são vistas como sendo, simultaneamente, posições nas relações de gênero, nas práticas pelas quais homens e mulheres assumem essa posição, assim como os efeitos dessas práticas no corpo, personalidade e cultura (CONNELL, 1995, p. 71). Gênero, nesse sentido, é compreendido como “a estrutura das relações sociais que centra-se na arena reprodutiva, bem como no conjunto de práticas (regidas por

esta estrutura) que fazem distinções reprodutivas entre os corpos nos processos sociais” (CONNELL, 2002, p. 10). De acordo com teoria de Connell a ordem de gênero são arranjos convencionais de variações dos padrões e diversidades de composições de gênero nas sociedades contemporâneas, em especial nas metrópoles, que levam a interpretação de gênero, como “uma forma de ordenação política e social guiadas por estruturas de relações sociais de gênero” (CONNELL, 2002, p.3). Para a autora essas estruturas geralmente, parecem ‘imutáveis’, mas, elas são sempre mutáveis e que quando práticas humanas criam novas situações estas estruturas desenvolvem tendências a crises. Connell destaca as seguintes estruturas de gênero: 1) Relações de poder que podem ser evidenciadas nas instituições e no discurso de afirmação dessas relações de poder do homem sobre a mulher; 2) Relações produtivas, que se evidenciam através de valores, hábitos e da divisão de trabalho; 3) Relações emocionais e simbólicas que se evidenciam pelo apego, emoção, vida conjugal e no conjunto de regras de atribuição de gênero. Embora fora deste quadro estrutural, Connell não esquece a dimensão histórica e inclui em suas teorias a dimensão de gênero como história (p.14).

Como descrito acima, as interações sociais seguem uma ordenação de gênero produzida pelo indivíduo em sociedade. Esta ordenação inclui resistências e preconceitos de gênero nas diversas instâncias desta sociedade. Dentre as mais diversas formas de construção das identidades de gênero está a distinção e pertencimentos à papéis masculinos e femininos.

Connell (1997) define masculinidades como configurações de práticas sociais que se referem a corpos masculinos, estando elas tanto relacionadas à ordem simbólica e institucional como aos aspectos individuais dos sujeitos inseridos na sociedade. Connell (1995) trabalha, ainda, com a noção de “múltiplas masculinidades”, explica que estas são hierarquizadas a partir de

relações de poder e que no centro delas existe uma “masculinidade hegemônica”, que se manifesta como um conjunto de práticas e valores que tem a função de garantir a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

No caso específico da educação, Carvalho (2004) afirma que se deve fazer uma “discussão mais aprofundada sobre as masculinidades e as relações de gênero, de forma que se permita uma apropriação mais ampla das teorias da masculinidade” (CARVALHO, 2004, p. 36). Carvalho (2004) complementa a explicação sobre as masculinidades citando trabalhos de autores como Connell (1998, 2000), Mac; Ghail (1995), Skelton (2001) e Kimmell (2000) e afirma que

homens e mulheres são produtos de relações sociais, históricas e culturais, num contexto em que se aprende não um único “papel sexual”, mas convivem múltiplas masculinidades e feminilidades articuladas por relações de poder e perpassadas por outras relações sociais como as desigualdades de classe e raça (CARVALHO, 2004, p. 36).

As relações de poder existentes nos espaços de internação e que emergem dos conflitos de gênero evidenciadas por disputas relacionadas a vivências entre as jovens são, geralmente, invisíveis ou naturalizadas pelo sistema indicando a força social das ordenações de gênero (CARVALHO, 2003; Saffioti, 2004). O gerenciamento do conflito é sempre uma preocupação dos professores e funcionários da instituição de internação feminina e as suas formas de resolução perpassam a permissão de atos e ações que envolvem as inter-relações corporais, sexuais e emocionais, como as descritas nas cenas a seguir:

Cena 1

Durante uma reunião com a equipe de pesquisa o funcionário Mauro do setor pedagógico, descreveu como se davam as relações entre as jovens na instituição. Ele explica que existe uma forma peculiar com que as meninas se tocam, elas enroscam umas às outras pelo chão de cimento da quadra de esportes

coberta. Neste momentos a equipe podia ver na quadra de esporte, pela porta aberta da sala, a cena a que o professor se referia, as jovens reunidas em grupos de três ou quatro, estavam deitadas umas sobre as outras formando uma escultura disforme, um conjunto de membros que lembrava uma rosca humana, conversavam e cantavam alegremente. Mauro sorriu e disse: Esta é a forma de evidenciar a paz desta instituição e transmitir segurança, que é a nossa meta.

Durante uma reunião com os funcionários da instituição, o professor José afirmou que: - muita gente jogou o chapéu quando foi trabalhar na instituição, porque às vezes, a barra é muito pesada. A instituição feminina é diferente. Por ser mulher é mais acolhedora [...]. Neste momento a professora Maria responde: - Acho que ele quer dizer que a escola é mais transparente, em outras escolas demoram para deixar entrar. (...) as meninas são insinuas. No instituto masculino os meninos andam de mãos para trás, cabeça baixa e só falam se você perguntar a ele. Na feminina elas se penduram no pescoço até da visita.

Durante uma reunião entre a equipe de pesquisa e a diretora da escola prof.^a Rita, ela comentou: “as meninas são mais espertas que os meninos e podem querer mandar bilhetes para fora. Já houve caso de as meninas enviarem bilhetes pelos PMs que ficavam na escola [...] Elas gostam muito de espelho [...] O instituto feminino é menor, mas não é mais fácil que a dos meninos. A menina é mais sedutora, suga mais e se torna mais indisciplinada em sala.

(Cenas e transcrição de conversas entre a equipe de pesquisa, professores. Funcionários e gestores da instituição de internação feminina do SAJCL/RJ nos dia 20 de novembro, 29 de setembro e 09 de outubro de 1998.

Como demonstrado acima as jovens são consideradas insinuantes, aconchegantes, espertas e sedutoras e a instituição dos jovens do sexo masculino menos harmônica e mais difícil de lidar.

Segundo Bourdieu (2002), as estruturas sociais levam as mulheres a incorporar e interiorizar uma relação masculino-feminino de dominação. Em outro estudo o autor menciona que,

as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas são naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil, etc” (BOURDIEU, 1999, p. 41).

Nesta perspectiva, a visão dos participantes tanto as jovens quanto os outros citados acima, está em consonância com a fala de Bourdieu sobre a dominação masculina, não apenas pelas ações, mas principalmente pelo discurso e através deles a transmissão de valores sobre o que é ser feminino e seu significado social.

Segundo Assis e Constantino (2001) as jovens “infratoras comumente obedecem às ordens masculinas, mostrando a transposição da subalternidade para o meio infracional” (p.261). A relação entre o masculino e feminino na instituição se evidenciava não só na relação das jovens com os educadores e agentes de segurança, mas também entre elas.

Uma das características marcantes entre as jovens era a masculinização na aparência, no comportamento, nas formas de relacionamento entre elas, dentre outros. Elas se vestiam com roupas masculinas (ou por exemplo, transformavam o uniforme de modo a parecer masculino, como jogadores de futebol), faziam uso de gestos que copiavam os homens, cortavam os cabelos bem curtos ou raspavam as cabeças, apontavam suas namoradas em vários ambientes como a sala de aula ou durante entrevista, ficavam de mãos dadas e se abraçavam em lugares como a sala de aula e o pátio e se diziam seus homens. mantendo, uma atitude de superioridade e inferioridade a partir desta identificação de papeis.

Essa observada no universo da institucionalização feminina, foi encontrada também na pesquisa de Assis e Constantino (2001), em que afirmam que as jovens “buscam agir como homens para poderem sobreviver no meio infracional, provando a todo instante que podem ser tão boas e fortes quanto eles [os homens]” (p.261). Em alguns momentos, no entanto, percebe-se que algumas jovens ao agirem como homens perpetuavam a violência da qual também eram vítimas contra suas próprias colegas que não queriam desempenhar papéis masculinos no ambiente de internação, numa atitude de dominação masculina explicada por Bourdieu (1999) e Connell (1995) .

A homossexualidade institucionalizada

As observações de campo e as análises descritas neste texto demonstram que a sexualidade como uma forma de manifestação da identidade se encontrava presente na instituição de internação feminina. Na medida em que se masculinizavam, as jovens se colocavam em uma posição de defesa frente às ameaças que sofriam na instituição que buscava a todo o tempo controlar e punir as digressões de comportamentos que não se submetiam as ordens institucionais.

Como afirmam Assis e Constantino (2001):

O homossexualismo de internato é uma construção institucional. Trata-se de algo quase co-constitutivo da natureza destes espaços de reclusão. O relacionamento entre pessoas do mesmo sexo torna-se uma moeda de troca da mais valia afetiva, que cada menina acumula consigo. Existem as que resistem ao jogo. Para muitas, porém, é a única maneira de continuar interagindo no plano da afetividade (ASSIS; CONSTANTINO, 2001, p.11).

As falas abaixo demonstram como a instituição, através de seus funcionários, justifica e institucionaliza o homossexualismo das jovens, banalizando essas situações e, dessa forma,

promovendo a construção de identidades masculinas entre as jovens do sexo feminino,

As jovens estão realizando uma atividade em sala de aula, neste dia, elas estavam especialmente agitadas e agredindo umas as outras e a professora. Algumas jovens realizavam a atividade que consistia em pintar desenhos do Mickey e da Minnie. Um das jovens abandona a tarefa sai da sala dizendo - Não quero fazer mais nada! Tô com dor no pescoço. Mauro, o coordenador pedagógico chega perto de uma das pesquisadoras e diz em voz baixa - as meninas estão muito agitadas, estão brigando entre si. Tudo isso devido a algumas meninas que chegaram nesta madrugada com o homossexualismo muito arraigado.

Durante entrevista dada por uma jovem à equipe de pesquisa ela fala sobre a homossexualidade na instituição e diz, - Eu sou menina mermo, tia. Tem menina que é sapatona lá fora mermo, mas tem uma que dá uma de sapatão e não são. Elas mandam carta para quem elas estão interessadas, se a pessoa responder já é porque quer ficar com elas. Elas chama pra sair, mas eu não quero não. Elas pediram para ficar juntas[...] Eu não sei, eu não sou sapatona, eu tenho namorado.

Durante uma atividade em sala de aula a professora propôs a produção de um texto. Renata, uma das jovens, pediu para escrever uma carta. Ela tinha na mão uma folha de caderno ornada com corações vermelhos. A professora pergunta a Renata: - Você quer escrever para quem? Renata responde: - Para uma menina! Uma outra aluna ri e faz uma insinuação: - Aí, heim!!! Renata fala: - não é nada o que você está pensando... Eu sou au, au dela. Ela diz que eu sou au, au, dela! A

Professora chama a atenção das duas dizendo: - nós já conversamos sobre isso de au, au, de dormir junto, de dar beijo na boca. Não é assunto de agora! A aluna para a quem Renata estava escrevendo a carta responde: - estão pensando mal da gente!!

(Cenas e transcrição de conversa entre a equipe de pesquisa, jovens em conflito com a lei, professores e funcionários da instituição de internação feminina do SAJCL/RJ em 23 de outubro e 27 de novembro de 1999)

As situações descritas nas cenas acima reforçam a tese de que a homossexualidade na instituição de internação feminina é parte de uma construção institucional. Um dos dados apontados pelas pesquisas de Assis e Constantino (2001) e de Mattos e Almeida (1999) é que quase todas as jovens participantes dessas pesquisa foram vítimas de violência física, cerca da metade delas, de violência sexual e todas elas são vítimas de violência psicológica e abandono. Algumas jovens relataram terem sofrido violência sexual ainda enquanto meninas, na família, na rua e geralmente por alguém conhecido delas. E, quando internas, pelas próprias colegas na instituição e por pessoas responsáveis por elas no local. No relato abaixo uma das jovens comenta,

Jovem: Alí, no quarto do meio? [o quarto do meio foi identificado como o que é usado pelas jovens que se declaram homossexuais] é uma putaria, tia! Só dá sapatão! Eu dormindo no três, as meninas ficam se esfregando, pegando no meu peito durante a noite! [...] Eu estava na minha cama, no três e ficam falando: libera pra mim, libera pra mim! A pesquisadora questiona sem entender: - o que é liberar? Jovem responde: - é o negócio de dedada! [...] Da até briga ! Uma toma a mulher da outra, mas esse negócio não é comigo. A pesquisadora pergunta: - o coordenador toma providências? A jovem responde: - eles aqui, tudo é safado! Tudo entrega carta de amor, só a Marília que não [referindo-se

a uma das agentes educacionais]. Entrega carta para sapatão! [elas] ficam à noite, não olham quem passa a mão, não olham quem passa de cama, ficam se esfregando.

(Transcrição de conversa da equipe de pesquisa com uma das jovens da instituição de internação feminina do SAJCL/RJ, s/d)

Ao assumirem um comportamento masculino as jovens assumem também uma atitude perversa contra as colegas, a dominação e violência, perpetuam a violência institucional. Numa demonstração de força a transformação da identidade, muitas vezes, sem intenção real de tornarem homossexuais, serve tanto para impor a autoridade junto às colegas, quanto para estabelecer uma simetria de forças com os profissionais da instituição, transforma-se em uma mensagem para os gestores e agentes educacionais. Nas fala da diretora da instituição as manifestações e interações homossexuais e a violência que ela trás no ambiente de internação constitui-se em um dos maiores problemas da gestão dessas instituições.

Considerações finais

Neste capítulo foram analisados de forma crítica dados de pesquisas sobre as interações de gênero e de poder e sobre os processos de construção da identidade e os papéis da feminilidade e da masculinidade entre jovens do sexo feminino, internas do Sistema de Atendimento ao Jovens em Conflito com a Lei do Estado do Rio de Janeiro. O texto é ilustrado a partir de vinhetas derivadas das falas de: jovens, professores, gestores, coordenadores pedagógicos e funcionários da instituição que participaram das pesquisas .

As análises focam o modo como as instituições socioeducativas lidam com as interações de gênero e de poder, ora naturalizando essas relações, ora as institucionalizando. A instituições passam uma dupla mensagem de que para controlar é preciso permitir.

A condição de privação de liberdade de jovens, assim como as formas de ressocialização por elas vividas demanda análises constantes por pesquisas que possam promover questionamentos sobre como efetivamente a ressocialização pode se tornar uma possibilidade de futuro para essas jovens. Um dos questionamentos possíveis a estas pesquisas é quanto aos processos educacionais que em se pensando inclusivos poderiam favorecer aos jovens em um movimento crítico reflexivo sobre as suas realidades. Nesta perspectiva acredita-se que os dados deste capítulo podem contribuir para informar sobre a promoção de políticas públicas voltadas para compreender a dinâmica interna das instituições de internação, assim como as necessidades das jovens em situação de privação de liberdade no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, S. M. Inclusão e exclusão: ouvindo os sujeitos privados de liberdade. **Anais do II Colóquio Educação, Cidadania e Exclusão - Etnografia em Educação**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas: o cotidiano nas internações-prisões**. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.
- ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo: infração juvenil no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. FORUM MUNDIAL. **Indicador Global das Disparidades de Gênero**. 2010.
- BRASIL. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.
- CARVALHO, M. P. de. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr., 2004.
- CARVALHO, M. P. de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 185-193, jan./ jun., 2003.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; BELFIORE, M.; WANDERLEY, L. E.W. **Desigualdade e a questão social**. 2ª Ed. São Paulo: EDUC, 1997.
- CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (ed.). **Masculinidades**. Santiago, Chile: FLACSO/ ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, 1997. p. 31-48.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California, 1995.

COSTA, C. R.; ASSIS, S.G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n. 3, p.74-81, set.-dez., 2006.

DELL`AGLIO, D.; DOS SANTOS, S.; BORGES, J. Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. **Interação em Psicologia**, v.8, n.2, p.191-198, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRANCISCHINI, R.; CAMPOS, H. R. Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im) possibilidades. **Psico**, PUCRS, Porto Alegre, v.36, n.3, p. 267-273, set-dez, 2005.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LOYOLA, M. A. **Entrevista com Pierre Bourdieu**. Pensamento Contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MACIEL, S. de A.; MATTOS, C. L. G. de. Metacognição como proposta pedagógica. Projeto piloto da pesquisa “Metacognição em Sala de Aula”. Programa de Pós-Graduação e Educação da UERJ, 1999.

MATTOS, C. L. G de.; MACIEL, S. de A. A Metacognição no cotidiano dos jovens infratores: aprendendo a aprender em privação de liberdade. **Relatório Final de Pesquisa**. Volume 1. Rio de Janeiro: UERJ/SR3/DEGASE,1999.

MATTOS, C. L. G. de; ALMEIDA, S. M; CASTRO, P. A. de. Gênero e pobreza: a situação educacional dos filhos e filhas de mulheres presas e dos filhos e filhas de jovens infratoras no estado do Rio de Janeiro. **Relatório de Pesquisa**. CNPq, 2011.

OLIVEIRA, M. As Implicações psíquicas presentes no ato infracional de repetição. Educandário Santos Dumont. **Relatório parcial de pesquisa**. Rio de Janeiro: (Cópia Reprográfica), 1995.

OLIVEIRA, M. **Justiça é verdade em ação?** 1999. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, M.; ASSIS, S. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: a perpetuação do descaso. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n. 4, p. 831-844, out.-dez., 1999.

ROSEMBERG, F. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n.1, p.47-68, jan./ jun. 2001.

ROSEMBERG, F.; PIZA, E. P.; MONTENEGRO, T. **Mulher e educação formal no Brasil**: estado da arte e bibliografia. Brasília: INEP/ REDUC, 1990.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SPONCHIADO, J. I. **Docência e relações de gênero**: estudo da produção acadêmica no período de 1981 a 1995.1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.